# RAZÕES DA ESCOLHA DO EXECUTANTE DOS SERVIÇOS

**Senhora Presidente,**

Atendendo a necessidade de contratação de empresa profissional para prestar serviços de Consultoria e Assessoria Contábil para a Câmara Municipal de Bannach, que atenda às necessidades no campo administrativo municipal desta casa de leis;

Considerando que neste município, dado a escassez de empresa especializada no campo de Assessoria Administrativa e Assessoria Parlamentar, encontramos uma empresa, que a custo razoáveis, atende as necessidades do objeto da presente contratação e se qualifica nos termos exigidos pela Lei 8.666/93, no que diz respeito: equipe de profissionais Idôneo, Requisitos de habilitação, custos razoáveis, credibilidade no mercado, eficiência nos trabalhos executados;

Considerando que a empresa **MARREIRO CONSULTORIA CONTÁBIL LTDA – ME, CNPJ: 07.668.318/0001-40**, vem a anos prestando assessoria e consultoria contábil para Órgãos Públicos nesta região.

Portanto, o fator confiança e a notória especialização dos técnicos da contratada são requisitos essenciais que levaram a contratação sob ótica de inexigibilidade de licitação.

Considerando que a empresa acima citada, atende perfeitamente às necessidades deste parlamento, dada a sua experiência no ramo da contabilidade pública é de se entender que segue:

E em face do princípio da legalidade, moralidade e eficiência dos atos administrativos, conforme dispositivos contidos aos termos do Inciso II e § 1º do Art. 25, da Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, onde assinala que “Art. 25” É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: II para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta lei, de natureza singular, com profissionais, ou empresas de notória especialização...; 1º § Considera-se notória especialização, o profissional, ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos, relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado a plena satisfação do objeto do contrato”.

Nessa esteira, não há como conceder a possibilidade de competição entre profissionais do Direito, da Medicina, da Contabilidade, para a execução dos serviços de assessoria jurídica, médica, contábil, por que cada advogado, médico ou contador é dotado de qualidades, de técnica, enfim, de atributos personalíssimos que os fazem particularmente singulares em relação a outros.

Do assinalado acima, por analogia ou simetria concêntrica, as mesmas características e requisitos de singularidade inerentes aos serviços de advogados são também aplicados ao contador, ao médico, etc., que é em termos de confiança, responsabilidade solidária e qualificação técnica. Neste sentido, o Tribunal de Contas criou além do Ato nº 12/TCM, a Resolução nº 7.740/2005, que impõem inclusive multas altíssimas aos gestores, sendo o valor de R$ 10.000,00 ao Ordenador e R$ 10.000,00, ao Contador, sobre prestação de contas irregulares, em virtude da falta de atendimento aos padrões contábeis estabelecidos na legislação vigente.

Como poderia o Gestor Público correr o risco de ter suas contas reprovadas, pagar multas elevadas e ver sua carreira pública prejudicada, contratando um contador ou um advogado despreparado e que não fosse de sua confiança, sem experiência, tradição, qualificações técnicas e de todas as características e requisitos necessários para preencher as condições mínimas de singularidade estabelecidas para a contratação de consultoria de profissionais enquadráveis em inexigibilidade de licitação da lei 8.666/93? Ou seja, certamente, não caberia, nesta situação, a contratação por meio do processo normal de licitação somente para obedecer ao menor preço, cujo certame obviamente não levaria em conta esses principais requisitos para a seleção e contratação desses profissionais.

Ademais, quase sempre e de modo geral, os municípios terceirizam esses serviços e praticamente a totalidade através de processo de inexigibilidade, em virtude do principal fator confiança e a capacidade técnica do profissional para contratação, possibilitando, desta forma, que a Suprema Corte de Contas aprecie esta situação dando um tratamento especial a este caso concreto.

Após as exposições fica devidamente justificada a escolha da empresa MARREIRO CONSULTORIA CONTABIL LTDA – ME, CNPJ: 07.668.318/0001-40, **no valor de R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais) Mensal,** como sendo a empresa mais indicada para a contratação dos serviços citados considerando as relevâncias expostas e a empresa atende perfeitamente às necessidades deste parlamento, dada as suas experiências na área de Consultoria e Assessoria Contábil.

Bannach-PA, 18 de Fevereiro de 2021.

NEURY MACIEL ALVES:01216507236

Assinado de forma digital por NEURY MACIEL ALVES:01216507236
Dados: 2021.03.23 12:01:12 -03'00'

Neury Maciel Alves

Regiane Pereira dos Santos

Gilsene Aparecida Faustino